

RECURSO ESPECIAL Nº 1.780.840 - RO (2018/0307118-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : YAN JEFERSON GOMES NASCIMENTO
ADVOGADOS : EDUARDO CAMPOS MACHADO - RS017973
JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR - RO001370
CARLOS EDUARDO ROCHA ALMEIDA - RO003593
HUDSON DELGADO CAMURÇA LIMA - RO006792
LIDIANE COSTA DE SÁ - RO006128
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. ART. 306, § 1.º, INCISO II, DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. PROVAS. CONDENAÇÃO. SUFICIÊNCIA. AFERIÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA N.º 7/STJ. ISENÇÃO DE CUSTAS. VIOLAÇÃO. LEI ESTADUAL. ANÁLISE. VIA INADEQUADA. SÚMULA N.º 280 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por YAN JEFERSON GOMES NASCIMENTO, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia na Apelação Criminal n. 0017950-63.2015.8.22.0501.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou o Recorrente às penas de 6 (seis) meses de detenção e 10 (dez) dias-multa, substituída por uma restritiva de direitos, e suspensão ou proibição de obter habilitação, pelo prazo de 2 (dois) meses, como incurso no art. 306, 1.º, inciso II, da Lei n.º 9.503/1997. Houve apelação somente defensiva, a que o Tribunal de origem negou provimento, em acórdão assim ementado (fls. 148-149):

"Apelação criminal. Delito de trânsito. Preliminar. Princípio do promotor natural. Nulidade não configurada. Embriaguez na direção de veículo automotor. Confissão e prova testemunhal. Absolvição. Impossibilidade. Alteração da pena restritiva de direitos. Viabilidade. Multa e suspensão da habilitação ínsitas no art. 306 do CTB. Supressão inviável. Custas processuais. Isenção. Justiça gratuita. Concessão.

Incidindo o réu em nova prática ilícita, da mesma natureza, o fato de o processo ser distribuído e encaminhado para a mesma Promotoria de Justiça, por si só, não importa em violação ao princípio do promotor natural, mormente quando não se constata a ocorrência de

qualquer arbitrariedade nos atos por ele praticados ou prejuízos à sua defesa.

Se a confissão espontânea se mostra harmônica com o depoimento policial, bem como com os demais elementos de provas acostados aos autos, descabe falar-se em insuficiência de provas, sendo esses elementos bastantes a sustentar o decreto condenatório.

É possível a alteração da pena restritiva de direitos imposta na sentença por outra que possa ser efetivamente cumprida pelo condenado.

A suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor está prevista no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro e deve ser aplicada nos termos do art. 261, § 1.º, inciso II, do mesmo diploma, não havendo que se falar em eventual supressão ou redução, mormente quando fixada no mínimo legal.

Considerando que a defesa do réu está sendo patrocinada por advogado constituído, a mera alegação de hipossuficiência não é o bastante para a concessão da assistência judiciária gratuita ou isenção do pagamento das custas processuais."

Alega o Recorrente a violação do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, ao argumento de ter havido *"a falta de observância de uma das elementares do tipo penal, qual seja, a da configuração de capacidade psicomotora alterada"* (fl. 166), inexistindo provas para dar suporte à condenação. Aduz, ainda, que a condenação ao pagamento das custas processuais teria ofendido o disposto no art. 4.º, inciso II, § 2.º, da Lei Orgânica n.º 301/1990.

Pede o provimento do recurso especial.

Oferecidas contrarrazões (fls. 184-190), admitiu-se o recurso na origem (fl. 192).

O Ministério Público Federal opina pelo desprovimento do recurso (fls. 202-207).

É o relatório.

Decido.

Extrai-se do acórdão recorrido (fls. 154-155):

"A materialidade do delito ficou comprovada pelo auto de prisão em flagrante de fls. 2/6, ocorrência policial de fls. 12/13, boletim de ocorrência de acidente de trânsito de fls. 14/16, pelo relatório do etilômetro à fl. 17 e termo de constatação de fl. 18, bem como pela prova oral produzida.

Quanto à autoria, infere-se que o apelante, em audiência (fl. 61-mídia), confessou o fato de estar na direção do veículo após ingerir bebida alcoólica do tipo cerveja, mas, negou que estivesse embriagado no

momento da abordagem, dizendo ainda que não apresentava os sintomas descritos no termo de constatação realizado pelos agentes.

Infere-se, todavia, que referida versão ficou isolada nos autos, visto que a testemunha Luciano Nunes de Macedo, policial militar que atendeu à ocorrência e realizou a prisão em flagrante do apelante, esclareceu à fl. 61-mídia que o condutor do veículo se recusou a fazer o teste do bafômetro. Além disso, relatou detalhes dos fatos e ratificou as características descritas no Termo de Constatação de fl. 18.

Confirma que sua guarnição foi acionada e compareceu ao local do sinistro, onde foi encontrado um veículo tombado em cima da calçada, e que, ao abordar o condutor, percebeu o estado de embriaguez, sendo lavrado o termo de constatação no qual foi consignado que o condutor, ora apelante, quanto à aparência, apresentava aspectos de sonolência, olhos vermelhos e odor de álcool no hálito; quanto à atitude, mostrava-se falante; quanto à capacidade motora e verbal, apresentava fala alterada; e, concluiu que estava sob influência de álcool, anotando, finalmente, que ele se recusou a fazer o teste do etilômetro.

No mesmo sentido foram as declarações do policial militar Dárcio do Nascimento Correa, que estava no comando da guarnição e atendeu à ocorrência (fl. 2).

Quanto ao testemunho de policiais, os quais estão revestidos do dever de proteção à sociedade, tem-se que merecem credibilidade, a não ser que se apresente uma razão concreta de suspeição ou perseguição, o que não se vê na hipótese dos autos em que nenhuma testemunha arrolada na denúncia foi apontada como inimiga ou possuidora de interesse pessoal em prejudicar o apelante.

Nesse passo, sem que haja prova em contrário, a palavra dos policiais que efetuaram a abordagem e prisão do apelante merece guarida, a teor do disposto no § 2º do art. 306 do CTB, verbis:

A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova (incluído pela Lei n. 12760 de 2012).

No caso, o estado de embriaguez ficou evidenciado pela prova testemunhal, que atestou o fato de o apelante haver conduzido veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, o que foi ratificado pelo já mencionado termo de constatação, conclusivo pela presença de sinais de ingestão de bebida alcoólica.

Esse quadro denota ser indubitoso o fato de que o apelante conduzia o veículo sob efeito de álcool, tendo, pois, incidido na infração pela qual foi condenado – art. 306, § 1.º, inciso II, da Lei 9.503/97.

Descabido, da mesma forma falar-se em atipicidade da conduta, uma vez que, para a caracterização do delito, quando não aferidos os índices de concentração do álcool por teste do etilômetro, é suficiente que se obtenha a prova da ingestão de álcool por outros meios de prova, e isso se obteve pela inquirição de testemunhas e termo de constatação levados a efeito nos autos.

Inarredável a configuração da figura típica, pois o só fato de dirigir embriagado é suficiente para tipificar o crime previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, assim se entendendo porque, pela atual redação, dada pela Lei n. 12760/12, não é mais necessária a dosagem da concentração de álcool como elementar do crime, sendo esta apenas uma das formas de se constatar a capacidade psicomotora alterada (§ 1º, I e II)."

Como se verifica, as instâncias ordinárias, a partir da análise das provas, concluíram estar demonstrada a prática do crime do art. 306, § 1.º, inciso II, do Código de Trânsito Brasileiro. Para rever a conclusão, seria necessário o reexame de matéria fático-probatória, descabida em recurso especial, nos termos da Súmula n.º 7 do STJ.

A propósito:

"PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O exame da pretensão recursal, para que seja reconhecida a absolvição por falta de provas do crime previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro imputado ao agravante, implica a necessidade de revolvimento do suporte fático-probatório delineado nos autos. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.

2. O conhecimento de recurso fundado na alínea 'c' do art. 105, III, da Constituição Federal, por divergência jurisprudencial, pressupõe a realização do devido cotejo analítico, demonstrando de forma clara e objetiva a suposta incompatibilidade de entendimento e a similitude fática entre as demandas, conforme dispõe o art. 541, parágrafo único, do CPC, e o art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, o que não ocorreu neste caso.

3. Inviável o conhecimento de matérias não alegadas no especial, por se caracterizar inovação recursal indevida.

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no AREsp 523.658/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/5/2015, DJe 1/6/2015).

Por fim, no que diz respeito ao pedido de isenção de custas, observa-se que o Recorrente apontou como violado dispositivo de lei estadual, cuja análise é inviável na via especial, destinada à interpretação do direito federal, bem assim pela incidência da Súmula n.º 280 do STF.

Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO

EM RECURSO ESPECIAL. CUSTAS PROCESSUAIS. ISENÇÃO. JUÍZO DA EXECUÇÃO. SÚMULA N. 83 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. APLICAÇÃO ÀS ALÍNEAS 'A' E 'C' DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. LEI ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO. SÚMULA N. 280 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

– O Tribunal de origem, ao manter a condenação do réu nas custas processuais e reconhecer que eventual isenção deve ser promovida no Juízo da Execução, decidiu a lide de acordo com a jurisprudência desta Corte. Incidência da Súmula n. 83/STJ

– O óbice dessa Súmula também se aplica ao recurso especial interposto com fulcro na alínea 'a' do permissivo constitucional.

– A assertiva relativa ao inciso II do art. 10 da Lei n. 14.939/2003 do Estado de Minas Gerais não pode ser conhecida, ante o impedimento do verbete sumular n. 280 do Pretório Excelso, aplicável por analogia no caso. Súmula n. 280: 'Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.' Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 503.530/MG, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 14/4/2015, DJe 24/4/2015).

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora